Estados Unidos e a América Central a caminho da integração econômica

Durante mais de uma década discutiu-se no continente americano a possibilidade da criação de uma zona de livre comércio que reuniria todos os países da região, à exceção de Cuba. Esse bloco econômico, denominado Alca (Área de Livre Comércio das Américas), deveria começar a existir formalmente a partir de janeiro de 2005. Todavia, devido aos inúmeros obstáculos entre os Estados Unidos e os países do Mercosul, especialmente o Brasil, a Alca não foi implementada.

Reconhecendo as dificuldades em se levar adiante o projeto da Alca, o governo norte-americano passou a ter como estratégia a formalização de acordos bilaterais com países ou grupo de países da América Latina. Foi assim com o Chile, que firmou um tratado de livre comércio com os Estados Unidos, e, mais recentemente, com vários países da América Central. Nesse contexto nasceu o Mercado de Livre Comércio Estados Unidos—América Central, conhecido pela sigla Cafta-DR (Central America Free Trade Agreement—Dominican Republic).

Esse bloco tem, por enquanto, a participação de cinco países da América Central continental (Honduras, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Costa Rica) e um do Caribe (República Dominicana). Tais países possuem um mercado consumidor potencial de mais de 45 milhões de pessoas e absorvem apenas 2% das exportações dos Estados Unidos. O PIB (Produto Interno Bruto) conjunto desses países corresponde a 0,5% do norte-americano, configurando enorme assimetria econômica. O objetivo principal do bloco é eliminar em curto prazo as tarifas e barreiras comerciais. Logo de início, 80% das tarifas seriam extintas.

A redução das barreiras ao comércio deve estimular os investimentos diretos americanos, com a implementação de fábricas voltadas para a montagem de produtos finais destinados ao mercado dos Estados Unidos, semelhantemente ao que já vem ocorrendo há bastante tempo no norte do México.

O interesse de Washington vai além do lado comercial, pois trata-se de uma "obrigação moral e um interesse de segurança nacional em ajudar que prosperem as democracias nessa região".

Estão ainda vivos na lembrança dos estrategistas norte-americanos fatos ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, quando um movimento de esquerda tomou o poder na Nicarágua, e outros ameaçaram os governos conservadores da Guatemala e El Salvador. Essa situação teve impactos negativos sobre as rea-lidades socioeconômicas da região, afetando as tentativas de integração econômica iniciadas nos anos 1960.

A "pacificação" aconteceu em momentos distintos: Nicarágua (1990), El Salvador (1992) e Guatemala (1995). Ao mesmo tempo, registraram-se avanços no processo de democratização que conduziram à instauração de governos eleitos por voto direto em todos os países da região. O novo contexto propiciou renovado impulso de integração regional e a reanimação das economias. Todavia, os processos políticos e econômicos ainda possuem bases frágeis e requerem apoio contínuo, para assegurar sua sustentabilidade.

No início do século XXI, as sociedades centro-americanas encararam um conjunto de desafios inter-relacionados. De um lado, a consolidação dos processos de pacificação e de governabilidade democrática e, de outro, o combate à pobreza, à superação das enormes desigualdades sociais e à redução da vulnerabilidade ambiental, uma vez que a região tem sofrido, com frequência, catástrofes naturais como terremotos e furacões.

Os Estados Unidos e o Cafta